PROJETO DE LEI Nº , DE 2017

(Da Sra. Deputada Federal Laura Carneiro)

Altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, para dar prioridade às indústrias que produzem fármacos em território nacional, como critério de desempate em igualdade de condições nas licitações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art 1º-A – As indústrias que produzem, em território nacional, fármacos para a formulação de medicamentos terá preferência nos processos de licitação para fornecimento aos laboratórios farmacêuticos públicos, quando em igualdade de condições e como critério de desempate.

§1º São requisitos para os laboratórios produtores de fármacos obterem o benefício estabelecido no caput deste artigo:

I – comprovar a fabricação do fármaco em território nacional por meio de registro no laudo de inspeção realizada pelo órgão sanitário competente;

II – ter certificado de boas práticas de fabricação fornecido pela ANVISA ou órgão ao qual for delegada essa atribuição;

III – comprovar que o fármaco atende às especificações de qualidade exigidas pelo laboratório oficial ou outro agente público comprador.

§2º A comprovação da fabricação em território nacional refere-se à constatação das etapas de síntese e não importa em análise das tecnologias adotadas pela indústria produtora, nem na revelação ou divulgação de segredos industriais.

§3º A inspeção para a comprovação da fabricação em território nacional deve ter tratamento de prioridade por parte do órgão sanitário competente.

§4º A não realização da inspeção comprobatória referida no parágrafo anterior pela autoridade sanitária competente no prazo de dois meses faculta à própria indústria a emissão de uma declaração de que fabrica o fármaco em território nacional.

§5º A declaração de fabricação em território nacional por parte da indústria produtora terá validade provisória até a realização de inspeção oficial.

§6º Em caso de falsidade da declaração, a indústria responderá no âmbito administrativo, civil e penal, conforme a legislação vigente, além de ser considerada inabilitada para participar de novas licitações pelo prazo de 5 (cinco) anos”.

“Art 1º-B Quando mais de uma indústria cumprir os requisitos para o fornecimento de um fármaco à produção oficial de medicamentos, tem prioridade aquela que realizar no território nacional o maior percentual de integração do processo produtivo.

§1º A maior integração do processo produtivo é medida pelo uso da matéria-prima mais antecedente e pela realização de mais etapas da síntese química necessária à produção do fármaco.

§2º Para o desempate da igualdade na integração do processo produtivo deve ser considerada, quando necessário, a maior utilização de mão de obra e a maior adição de valor agregado executadas em território nacional.

§3º Quando houver igualdade na etapa inicial da síntese ou na integração do processo produtivo, ou seja, quando duas ou mais

indústrias produtoras partirem da mesma matéria prima antecedente, ou de matérias-primas equivalentes, e realizarem todas as etapas posteriores, elas concorrerão entre si no procedimento administrativo instaurado pelo laboratório ou outro órgão público comprador”.

“Art 1º-C A empresa terá prioridade sempre que praticar preço igual ou inferior ao do produto importado, considerado este último acrescido de todos os tributos que incidirem sobre o produto nacional e ainda, se houver, o Imposto de Importação”.

“Art 1º-D Quando uma indústria invocar prioridade, em oferta que fizer a órgão público, a autoridade responsável pela compra verificará se ela cumpre os requisitos legais e, assim sendo, declarará a existência de prioridade e, nas condições previstas no art.1º-C, será declarada vencedora da licitação”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei foi apresentado, inicialmente, pelo nobre Deputado Dr. Pinotti, no ano de 2003. O objetivo principal da proposta era diminuir a dependência do Brasil das indústrias farmoquímicas multinacionais, que é comprovada pelo grande volume de importação desse tipo de matéria-prima pelo País.

Grande parte dessa dependência está relacionada à incipiência da indústria farmoquímica nacional. Existem muitos poucos laboratórios sediados no Brasil que possuem capacidade para sintetizar fármacos para serem utilizados nas preparações farmacotécnicas.

A necessidade de incentivo à indústria farmoquímica que foi detectada pela CPI dos medicamentos realizada nesta Casa e que motivou a ação parlamentar comentada anteriormente continua persistente nos dias

atuais. Ainda hoje percebemos que medidas de incentivo ao desenvolvimento desse tipo de indústria precisam ser tomadas.

Sabemos que o Sistema Único de Saúde é o maior comprador de medicamentos do mundo. Os laboratórios públicos também são responsáveis pela formulação de grande quantidade de apresentações farmacêuticas que abastecem o sistema e contribuem para a melhoria do acesso da população a esses produtos, essenciais para a proteção do direito à saúde.

Uma das principais ideias do presente projeto é exatamente a de utilizar o poder de compra do Poder Público, em especial dos laboratórios farmacêuticos, para buscar incentivar a vinda e instalação de produtores de fármacos no território nacional. A esperança é que no longo prazo os laboratórios farmacêuticos nacionais possam ser supridos em grande monta por produtores de farmoquímicos brasileiros. Com isso, espera-se minimizar a dependência do Brasil das importações de matérias-primas de alto valor agregado na produção dos medicamentos e assim ampliar o acesso da população a remédios com preços mais baixos. Por isso, solicito o apoio dos demais parlamentares no sentido da aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em de de 2017.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO
(PMDB-RJ)**